

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo.

Em 1º de outubro de 2015, a Companhia adquiriu o controle da 4Bio Medicamentos S.A. (“4Bio”), sociedade que tem como atividade preponderante a comercialização de medicamentos de especialidade, ou seja, medicamentos utilizados para tratar condições graves de saúde, prescritos por especialistas clínicos. A transação envolvendo essa combinação de negócios está descrita na Nota 10a.

A Raia Drogasil S.A. e sua controlada (em conjunto “Consolidado” ou “Grupo”) têm como atividade preponderante o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e medicamentos de especialidade.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 1.420 lojas (1.235 lojas - 2015), distribuídas em 18 Estados da Federação, conforme segue:

	Consolidado
	2016
São Paulo	819
Rio de Janeiro	103
Minas Gerais	93
Paraná	77
Distrito Federal	59
Goiás	55
Bahia	35
Santa Catarina	31
Rio Grande do Sul	29
Pernambuco	28
Espírito Santo	26
Mato Grosso do Sul	17
Mato Grosso	11
Rio Grande do Norte	10
Paraíba	9
Sergipe	9
Alagoas	7
Tocantins	2
	1.420

As lojas da Raia Drogasil são abastecidas por 8 centrais de distribuição localizadas em seis Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Pernambuco.

A sociedade controlada 4Bio comercializa seus produtos por meio de serviço de televendas e a entrega é realizada diretamente no destino onde se encontra o cliente ou por meio de suas três centrais de atendimento localizadas nos Estados de São Paulo e Tocantins.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2017.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e, a partir de 1º de outubro de 2015, as demonstrações financeiras da sua controlada 4Bio. Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Dessa forma, o resultado, as demonstrações do fluxo de caixa e as demonstrações do valor adicionado consolidados, contemplam 12 meses de operação da Companhia e 3 meses de operação da Controlada. Em 2016, as demonstrações financeiras consolidadas contemplam 12 meses de operação da Companhia e da sua controlada 4Bio.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Controlada. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes às perdas estimadas nos estoques, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. As estimativas e os julgamentos estão divulgados na Nota 4(w).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Pronunciamentos novos ou revisados

A seguir, apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2017.

- (i) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 1º/01/2018): tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto; e (iv) flexibilização das exigências para a adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- (ii) IFRS 15 – Receita de contrato com clientes (vigência a partir de 1º/01/2018): o principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e a elaboração das demonstrações contábeis. A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de vendas no varejo, e considerando que a transferência dos riscos e benefícios dos bens e serviços acontecem em sua entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de performance e transferência de controle.
- (iii) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil (vigência a partir de 1º/01/2019): com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A Administração está em processo de avaliação dos impactos, principalmente relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros (Nota 22). Trata-se de uma norma que requer uma avaliação criteriosa e controles apropriados para a definição dos contratos que se qualificam como arrendamento. Dada a complexidade da aplicação da norma e, até que seja adotada, poderá haver mudanças nas conclusões.
- (iv) Alterações no IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (vigência a partir de 1º/01/2018): A alteração esclarece sobre a base de mensuração para os pagamentos baseados em ações liquidados em caixa e a contabilização de modificações que alteram uma concessão liquidada em caixa para liquidada em ações. Também introduz uma exceção aos princípios do IFRS 2 que exigirão uma concessão a ser tratada como se fosse totalmente liquidada em ações, onde o empregador é obrigado a reter um montante para a obrigação de imposto do empregado associada a um pagamento com base em ações e recolher o montante para a autoridade fiscal. A Administração está avaliando os impactos dessas alterações para as novas outorgas a partir de sua vigência.

Não existem outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

(d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Grupo compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(ii) Impairment de ativos financeiros

(1) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil

do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

(1) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iv) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(e) Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. A perda para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda estimada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11a. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, o centro de distribuição do Butantã e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes, e incorporado ao custo atribuído quando da adoção do IFRS. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(j) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio apurado na aquisição do investimento anterior a 2009 (Drogaria Vison) foi calculado como sendo a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A

partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11b, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação inferiores a vinte anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

As licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11b.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11b.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

(k) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(l) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para

estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. O Grupo não possui contratos relevantes de arrendamento classificados como financeiros.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(n) Benefícios a funcionários e dirigentes

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. O Grupo não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), previdência do tipo benefício definido, e/ou qualquer plano de aposentadoria ou assistência pós-emprego.

Parte dos benefícios a dirigentes incluem o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio líquido (Nota 16c).

(o) Programa de fidelidade

A Controladora mantém o programa “Muito Mais Raia” de pontos por fidelidade dos clientes que permite a eles acumular créditos os quais podem ser utilizados pelos participantes em futuras compras de produtos.

As obrigações assumidas decorrentes do programa são registradas como receitas diferidas no passivo, e reconhecidas ao seu valor justo, que representa o preço estimado que a Controladora pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras.

As receitas diferidas são realizadas no resultado quando os créditos são utilizados pelos clientes. Os créditos não resgatados dentro do período do programa (cinco meses após o mês de acúmulo dos créditos) são baixados a resultado pela extinção da obrigação. A Controladora calcula a estimativa de utilização dos créditos com base em dados históricos.

(p) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e o objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

(q) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo adicional proposto”, permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(r) Juros sobre o capital próprio

Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(s) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

(t) Acordos comerciais

Além das compras regulares de produtos, o Grupo negocia com seus fornecedores, oportunidades de venda diferenciada de seus produtos na rede de lojas da Companhia. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar características de natureza complexa.

As principais categorias de acordos comerciais são: (i) descontos financeiros concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios; (ii) verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio e (iii) abatimentos por metas de volume, aferidos tanto nas compras quanto nas vendas.

Na formalização da negociação, o Grupo reconhece na rubrica de Outras contas a receber, o direito estabelecido em contrato, tendo como contrapartida, a rubrica de Outras contas a pagar. À medida em que ocorre a execução operacional do produto da negociação (veiculação do produto, disposição, venda do produto promovido, direito ao recebimento do valor financeiro acordado, etc), o Grupo reconhece o ganho auferido com a negociação no Custo das mercadorias vendidas. O saldo de Outras contas a receber é liquidado conforme prazos de recebimentos estabelecidos entre Grupo e fornecedor.

(u) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

(v) Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(w) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(3) Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para

que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11f.

(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

5. Reclassificação na demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

A Companhia tem buscado uma melhoria contínua nos seus controles internos de relatório financeiro. Dentre as ações tomadas, destaca-se a revisão das ferramentas utilizadas na determinação e classificação da riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas para fins de elaboração da demonstração do valor adicionado.

Como resultado deste trabalho, identificou-se a necessidade de reclassificar os efeitos decorrentes dos gastos com tarifas pagas às administradoras de cartões e serviços de transportes de valores, os quais são, em essência, formação de riqueza por insumos adquiridos de terceiros, como também reclassificar os montantes de PIS e COFINS creditados nas compras de mercadorias e aqueles recolhidos a título de ICMS retido em regime de substituição tributária que configuram distribuição de riqueza a título de impostos, taxas e contribuições, proporcionados em essência pela Companhia.

Neste contexto, a Administração da Companhia decidiu proceder as reclassificações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 julgando também apropriado, refletir essas mesmas mudanças nas cifras correspondentes da demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme demonstrado abaixo:

Demonstração do valor adicionado	Controladora		
	2015 Originalmente apresentado	Reclassificação	2015 Reclassificado
Insumos Adquiridos de Terceiros	(6.269.289)	233.031	(6.036.258)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.881.819)	356.416	(5.525.403)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(382.689)	(123.385)	(506.074)
Valor Adicionado Líquido Produzido	2.622.958	233.031	2.855.989
Distribuição do Valor Adicionado	2.708.972	233.031	2.942.003
Impostos, taxas e contribuições	832.065	356.416	1.188.481
Federais	407.956	(79.162)	328.794
Estaduais	412.163	435.578	847.741
Remuneração de Capitais de Terceiros	581.928	(123.385)	458.543
Juros	273.847	(123.385)	150.462

Demonstração do valor adicionado	Consolidado		
	2015		2015
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
Insumos Adquiridos de Terceiros	(6.317.568)	232.716	(6.084.852)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.927.464)	356.416	(5.571.048)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(385.323)	(123.700)	(509.023)
Valor Adicionado Líquido Produzido	2.627.271	232.716	2.859.987
Distribuição do Valor Adicionado	2.716.057	232.716	2.948.773
Impostos, taxas e contribuições	833.163	356.416	1.189.579
Federais	407.977	(79.162)	328.815
Estaduais	413.236	435.578	848.814
Remuneração de Capitais de Terceiros	585.297	(123.700)	461.597
Juros	276.961	(123.700)	153.261

Destaca-se que tais reclassificações não resultam em mudanças em quaisquer outras informações contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	67.518	38.541	68.062	38.725
Fundo de investimento automático	2.936	2.759	2.936	2.759
Certificado de depósitos bancários		60.554		60.554
Debêntures compromissadas	202.641	162.695	205.634	163.810
Título de capitalização				203
	<u>273.095</u>	<u>264.549</u>	<u>276.632</u>	<u>266.051</u>

As aplicações em fundo de investimento, Certificado de Depósito Bancário - CDB, debêntures compromissadas e título de capitalização possuem alta liquidez e são atualizadas pela variação do CDI, que reflete o valor de realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

Para as debêntures compromissadas, as instituições financeiras que transacionaram esses títulos garantem o risco de crédito e a liquidez imediata sem perda de rendimento. As aplicações financeiras estão concentradas, substancialmente, na Caixa Econômica Federal.

7. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber de clientes	716.453	578.976	774.997	608.741
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(2.612)	(6.893)	(2.756)	(6.910)
	<u>713.841</u>	<u>572.083</u>	<u>772.241</u>	<u>601.831</u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	684.445	551.719	738.319	579.379
Vencidas				
Entre 1 e 30 dias	20.284	17.076	24.008	17.720
Entre 31 e 60 dias	7.510	306	7.956	1.556
Entre 61 e 90 dias	1.704	46	2.204	137
Entre 91 e 180 dias	2.508	6.853	2.508	6.936
Entre 181 e 360 dias	2	2.976	2	3.013
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(2.612)	(6.893)	(2.756)	(6.910)
	<u>713.841</u>	<u>572.083</u>	<u>772.241</u>	<u>601.831</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 39 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	(6.893)	(1.231)	(6.910)	(1.231)
Adições por meio de combinação de negócios				(128)
Adições	(10.168)	(19.168)	(11.278)	(19.254)
Reversões	<u>14.449</u>	<u>13.506</u>	<u>15.432</u>	<u>13.703</u>
Saldo final	<u>(2.612)</u>	<u>(6.893)</u>	<u>(2.756)</u>	<u>(6.910)</u>

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros "Recebíveis" e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4d-i-3.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercadorias de revenda	2.100.621	1.653.305	2.131.661	1.670.154
Mercadorias em poder de terceiros	25.929		25.929	
Materiais	2.043	4.611	2.043	4.611
Perdas estimadas nos estoques	<u>(10.165)</u>	<u>(24.312)</u>	<u>(10.165)</u>	<u>(24.312)</u>
Total dos estoques	<u>2.118.428</u>	<u>1.633.604</u>	<u>2.149.468</u>	<u>1.650.453</u>

A movimentação da perda estimada com mercadorias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	(24.312)	(36.418)	(24.312)	(36.418)
Adições	(6.015)	(10.203)	(6.015)	(10.203)
Baixas	20.162	22.309	20.162	22.309
Saldo final	<u>(10.165)</u>	<u>(24.312)</u>	<u>(10.165)</u>	<u>(24.312)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R\$ 7.469.484 (R\$ 6.137.644 - Dez-2015) para a Controladora e de R\$ 7.752.422 (R\$ 6.183.289 - Dez-2015) para o consolidado, incluindo o valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício que totalizaram R\$ 68.822 (R\$ 75.253 - Dez-2015) para a Controladora e R\$ 68.867 (R\$ 75.259 - Dez-2015) para o Consolidado.

O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas estimadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Tributos sobre o lucro a recuperar				
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	537	1.735	537	1.735
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	9.587	7.148	9.650	7.350
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	1.826	923	1.862	1.097
	<u>11.950</u>	<u>9.806</u>	<u>12.049</u>	<u>10.182</u>
Outros tributos a recuperar				
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – saldo credor	75.261	48.942	75.362	49.028
ICMS – Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente	14.027	171	14.027	171
ICMS – Sobre aquisições do ativo imobilizado	29.871	22.595	29.871	22.595
PIS – Programa de integração social		27	10	27
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	2.807	122	2.856	122
FINSOCIAL – Fundo de investimento social – 1982 precatório	561	561	561	561
	<u>122.527</u>	<u>72.418</u>	<u>122.687</u>	<u>72.504</u>
	<u>134.477</u>	<u>82.224</u>	<u>134.736</u>	<u>82.686</u>
Ativo circulante	<u>(111.513)</u>	<u>(59.068)</u>	<u>(111.772)</u>	<u>(59.530)</u>
Ativo não circulante	<u>22.964</u>	<u>23.156</u>	<u>22.964</u>	<u>23.156</u>

Os créditos de ICMS de R\$ 75.261 e de R\$ 14.027 (R\$ 48.942 e R\$ 171 Dez-2015) para a Controladora são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus Centros de Distribuição nos Estados de São Paulo, Paraná e Pernambuco, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas em outros Estados da Federação. Houve um acúmulo pontual de créditos desse

imposto maior no primeiro e segundo trimestre de 2016, em razão do crédito obtido sobre os estoques de medicamentos genéricos no Estado de São Paulo, por conta da baixa da alíquota de 18% para 12% e também sobre diversos produtos que saíram da sistemática da substituição tributária. Adicionalmente, acumulou-se um crédito de ICMS de forma pontual sobre os estoques existentes no Centro de Distribuição recém-inaugurado no Estado de Pernambuco, crédito esse que será escoado nos próximos meses por conta do abastecimento nas filiais da Região Nordeste.

O Grupo analisou a utilização dos créditos de ICMS e concluiu que os saldos credores serão consumidos em até 12 meses.

10. Investimentos

(a) Combinação de negócios

Em 2015, a Companhia adquiriu 55% de participação societária da 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio") passando a deter controle a partir de 1º de outubro de 2015.

A combinação de negócios ocorreu por meio da aquisição de 55% de participação societária da 4Bio, e pela qual a Companhia pagou um valor total de R\$ 24.010, distribuídos da seguinte forma: (i) aumento de capital no valor de R\$ 13.000, mediante emissão de ações da 4Bio e (ii) aquisição de ações do acionista fundador no valor de R\$ 11.010, sendo 50% pago em moeda nacional e 50% mediante transferência de ações de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria e a serem transferidas após o cumprimento e verificação de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato.

Com o cumprimento das condições contratuais relativas às variações do EBITDA de 2015, a Companhia registrou, em 31 de março de 2016, o ajuste do preço de aquisição no valor de R\$ 2.040, o qual foi reconhecido como contraprestação para a aquisição da 4Bio, tendo como contrapartida a conta de ágio, dos quais R\$ 238 serão pagos em moeda nacional e R\$ 1.802 mediante transferência de ações de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou o pagamento das ações restritas ao sócio fundador da 4Bio, da seguinte forma: (i) o valor de R\$ 238 em moeda corrente nacional e (ii) o montante de R\$ 7.307 mediante entrega de 185.446 ações restritas, às quais estavam mantidas em tesouraria.

Estabelece também o Contrato, as outorgas de opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes, em poder do acionista fundador, após janeiro de 2021 e cujo preço de exercício será calculado com base na média dos EBITDAs ajustados da 4Bio a serem apurados nos exercícios a findar em 31 de dezembro de 2018, 2019 e de 2020, e cujo valor justo em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$ 45.228 (R\$ 31.632 - Dez-2015).

O passivo financeiro decorrente da opção de compra foi reconhecido em separado da contraprestação transferida, mediante a adoção do método de acesso presente, no qual a participação não controladora é reconhecida já que o acionista não controlador está exposto aos riscos e tem acesso aos retornos associados à sua participação, em contrapartida da conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

O valor justo da opção de compra de ações adicionais no valor de R\$ 45.228 (R\$ 31.632 - Dez-2015), está classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo. As principais estimativas de valor justo têm como referência: (i) uma taxa de desconto de 22,04% (19,89% - Dez-2015), (ii) uma taxa de

crescimento médio de EBITDA de 27,4%, considerando a média dos EBITDAs projetados para os anos de 2018 a 2020 e no múltiplo previsto em contrato.

O ágio decorrente da aquisição, no montante de R\$ 25.563, representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios.

(b) Movimentação do investimento

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de investimentos da Companhia está demonstrado a seguir:

Razão Social	Principal atividade	Participação (%)	31/12/2016
4Bio Medicamentos S.A.	Varejo de medicamentos especiais	55%	29.424

A movimentação do saldo de investimento na Controlada, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada a seguir:

	Controladora
	31/12/2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.497
Resultado de equivalência patrimonial	4.360
Ajuste de preço de aquisição	2.040
Participação sobre dividendos propostos	(473)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>29.424</u>

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial da 4Bio Medicamentos S.A., a Companhia ajusta os ativos, passivos e respectivas movimentações no resultado da 4Bio com base na alocação do preço de compra determinado na data da aquisição. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro líquido do exercício da 4Bio para fins de determinação do resultado de equivalência patrimonial do exercício findo em 2016:

	Controladora
	31/12/2016
Resultado 4Bio (exercício findo em 31/12/2016)	4.982
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	(622)
Lucro ajustado da 4Bio	<u>4.360</u>

Patrimônio líquido ajustado	31/12/2016	31/12/2015
Investimento a valor de livros (55%)	12.988	8.006
Alocação do preço de compra (mais valia de ativos)	6.063	7.005
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	(2.061)	(2.381)
Participação sobre dividendos propostos	(473)	
	<u>16.517</u>	<u>12.630</u>
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	12.907	10.867
	<u>29.424</u>	<u>23.497</u>

(c) Dividendo de controlada

Em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e Estatuto Social da Controlada, foi calculado e apropriado dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido anual ajustado.

11. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2015	27.440	41.917	295.647	168.147	21.188	515.668	10.939	1.080.946
Adições			90.649	60.547	4.084	167.679		322.959
Alienações e baixas			(2.874)	(2.563)	(3.945)	(76.340)	(40)	(85.762)
Provisão para encerramento de lojas			454	192		1.368	40	2.054
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>27.440</u>	<u>41.917</u>	<u>383.876</u>	<u>226.323</u>	<u>21.327</u>	<u>608.375</u>	<u>10.939</u>	<u>1.320.197</u>
Adições			131.819	77.503	4.274	214.165		427.761
Alienações e baixas			(13.259)	(1.578)	(2.377)	(56.453)	(7.076)	(80.743)
Provisão para encerramento de lojas			(1.394)	(1.329)		400		(2.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>27.440</u>	<u>41.917</u>	<u>501.042</u>	<u>300.919</u>	<u>23.224</u>	<u>766.487</u>	<u>3.863</u>	<u>1.664.892</u>
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação(%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20,0 – 23,7	17,0 – 21,6	20,0	
Saldo em 1º de janeiro de 2015		(17.646)	(114.968)	(73.984)	(12.352)	(206.017)	(8.306)	(433.273)
Adições		(1.113)	(30.179)	(24.094)	(4.032)	(103.678)	(1.225)	(164.321)
Alienações e baixas			1.212	2.327	3.607	72.906	32	80.084
Provisão para encerramento de lojas			(412)	(176)		(782)	(34)	(1.404)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		<u>(18.759)</u>	<u>(144.347)</u>	<u>(95.927)</u>	<u>(12.777)</u>	<u>(237.571)</u>	<u>(9.533)</u>	<u>(518.914)</u>
Adições		(1.113)	(40.061)	(34.607)	(3.579)	(132.862)	(809)	(213.031)
Alienações e baixas			10.164	1.316	1.978	50.349	7.076	70.883
Provisão para encerramento de lojas			589	574		(102)		1.061
Saldo em 31 de dezembro de 2016		<u>(19.872)</u>	<u>(173.655)</u>	<u>(128.644)</u>	<u>(14.378)</u>	<u>(320.186)</u>	<u>(3.266)</u>	<u>(660.001)</u>
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2015	<u>27.440</u>	<u>23.158</u>	<u>239.529</u>	<u>130.396</u>	<u>8.550</u>	<u>370.804</u>	<u>1.406</u>	<u>801.283</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>27.440</u>	<u>22.045</u>	<u>327.387</u>	<u>172.275</u>	<u>8.846</u>	<u>446.301</u>	<u>597</u>	<u>1.004.891</u>

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado no consolidado:

	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2015	27.440	41.917	295.647	168.147	21.188	515.668	10.939	1.080.946
Adições por meio de combinação de negócios			411	487	209	346		1.453
Adições			90.651	60.552	4.084	167.679		322.966
Alienações e baixas			(2.874)	(2.563)	(3.945)	(76.340)		(85.722)
Provisão para encerramento de lojas			454	192		1.368		2.014
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>27.440</u>	<u>41.917</u>	<u>384.289</u>	<u>226.815</u>	<u>21.536</u>	<u>608.721</u>	<u>10.939</u>	<u>1.321.657</u>
Adições			132.293	77.817	4.352	214.561		429.023
Alienações e baixas			(13.259)	(1.578)	(2.377)	(56.453)	(7.076)	(80.743)
Provisão para encerramento de lojas			(1.394)	(1.329)		400		(2.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>27.440</u>	<u>41.917</u>	<u>501.929</u>	<u>301.725</u>	<u>23.511</u>	<u>767.229</u>	<u>3.863</u>	<u>1.667.614</u>
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação(%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20 – 23,7	17 – 21,6	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2015		(17.646)	(114.968)	(73.984)	(12.352)	(206.017)	(8.306)	(433.273)
Adições por meio de combinação de negócios			(191)	(232)	(163)	(133)		(719)
Adições		(1.113)	(30.192)	(24.109)	(4.034)	(103.686)	(1.225)	(164.359)
Alienações e baixas			1.212	2.327	3.607	72.905	32	80.083
Provisão para encerramento de lojas			(412)	(176)		(782)	(34)	(1.404)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		<u>(18.759)</u>	<u>(144.551)</u>	<u>(96.174)</u>	<u>(12.942)</u>	<u>(237.713)</u>	<u>(9.533)</u>	<u>(519.672)</u>
Adições		(1.113)	(40.118)	(34.686)	(3.632)	(132.923)	(809)	(213.281)
Alienações e baixas			10.164	1.316	1.978	50.350	7.076	70.884
Provisão para encerramento de lojas			589	574		(102)		1.061
Saldo em 31 de dezembro de 2016		<u>(19.872)</u>	<u>(173.916)</u>	<u>(128.970)</u>	<u>(14.596)</u>	<u>(320.388)</u>	<u>(3.266)</u>	<u>(661.008)</u>
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2015	<u>27.440</u>	<u>23.158</u>	<u>239.738</u>	<u>130.641</u>	<u>8.594</u>	<u>371.008</u>	<u>1.406</u>	<u>801.985</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>27.440</u>	<u>22.045</u>	<u>328.013</u>	<u>172.755</u>	<u>8.915</u>	<u>446.841</u>	<u>597</u>	<u>1.006.606</u>

b) Intangível

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2015	245.228	78.462	22.275	780.084	151.700	41.700	5.563	1.325.012
Adições	45.463	22.360					702	68.525
Baixas	(62.325)	(10)					(786)	(63.121)
Provisão para encerramento de lojas	844	1						845
Saldo em 31 de dezembro de 2015	229.210	100.813	22.275	780.084	151.700	41.700	5.479	1.331.261
Adições	46.902	22.015					751	69.668
Alienações e baixas	(31.457)	(42.524)					(101)	(74.082)
Provisão para encerramento de lojas	1.158	1						1.159
Saldo em 31 de dezembro de 2016	245.813	80.305	22.275	780.084	151.700	41.700	6.129	1.328.006
Amortização acumulada								
Taxas anuais médias de amortização (%)	17,0 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 - 25	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(120.867)	(46.881)	(2.387)			(29.007)	(849)	(199.991)
Adições	(42.954)	(11.827)				(7.710)	(33)	(62.524)
Baixas	60.950	3					785	61.738
Provisão para encerramento de lojas	(80)	(1)						(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(102.951)	(58.706)	(2.387)			(36.717)	(97)	(200.858)
Adições	(44.963)	(13.982)				(460)		(59.405)
Alienações e baixas	27.564	42.507					97	70.168
Provisão para encerramento de lojas	(632)							(632)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(120.982)	(30.181)	(2.387)			(37.177)		(190.727)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2015	126.259	42.107	19.888	780.084	151.700	4.983	5.382	1.130.403
Em 31 de dezembro de 2016	124.831	50.124	19.888	780.084	151.700	4.523	6.129	1.137.279

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível no consolidado:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Ágio na aquisição de empresa (4BIO)	Marcas Raia S.A.	Marcas 4BIO	Carteira de clientes Raia S.A	Relacionamento com clientes 4BIO	Canal de distribuição 4BIO	Outros ativos intangíveis	Total
Custo												
Saldo em 1º de janeiro de 2015	245.228	78.462	22.275	780.084		151.700		41.700			5.563	1.325.012
Adição por meio de combinações de negócios		362			23.523		5.069		7.928	535	68	37.485
Adições	45.463	22.361									702	68.526
Alienações e baixas	(62.325)	(11)									(786)	(63.122)
Provisão para encerramento de lojas	844	1										845
Saldo em 31 de dezembro de 2015	229.210	101.175	22.275	780.084	23.523	151.700	5.069	41.700	7.928	535	5.547	1.368.746
Adições	46.902	22.068			2.040						751	71.761
Alienações e baixas	(31.457)	(42.524)									(101)	(74.082)
Perdas estimadas para encerramento de lojas	1.158	1										1.159
Saldo em 31 de dezembro de 2016	245.813	80.720	22.275	780.084	25.563	151.700	5.069	41.700	7.928	535	6.197	1.367.584
Amortização acumulada												
Taxas anuais médias de amortização (%)	17 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	20	6,7 - 25	7	0,3	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(120.867)	(46.881)	(2.387)					(29.007)			(849)	(199.991)
Adições por meio de combinação de negócios		(149)									(53)	(202)
Adições	(42.954)	(11.842)					(253)	(7.710)	(142)	(401)	(37)	(63.339)
Alienações e baixas	60.950	3									786	61.739
Provisão para encerramento de lojas	(80)	(1)										(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(102.951)	(58.870)	(2.387)				(253)	(36.717)	(142)	(401)	(153)	(201.874)
Adições	(44.963)	(14.041)					(1.014)	(460)	(566)	(134)	(12)	(61.190)
Alienações e baixas	27.564	42.507									97	70.168
Perdas estimadas para encerramento de lojas	(632)											(632)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(120.982)	(30.404)	(2.387)				(1.267)	(37.177)	(708)	(535)	(68)	(193.528)
Saldo líquido												
Em 31 de dezembro de 2015	126.259	42.305	19.888	780.084	23.523	151.700	4.816	4.983	7.786	134	5.394	1.166.872
Em 31 de dezembro de 2016	124.831	50.316	19.888	780.084	25.563	151.700	3.802	4.523	7.220		6.129	1.174.056

c) Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda.

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda. em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, conforme avaliação elaborada por perito independente, e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("*impairment*").

d) Ágio na aquisição da Raia S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A., ocorrido em 10 de novembro de 2011, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

e) Ágio na aquisição da 4Bio Medicamentos S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 25.563 na combinação de negócios com a 4Bio Medicamentos S.A., ocorrido em 1º de outubro de 2015, cujo valor foi complementado pelo ajuste final de preço em 31 de março de 2016 de R\$ 2.040, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

f) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida ("*impairment*")

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2016 a recuperação do valor contábil do ágio originado pelas aquisições da Drogaria Vison Ltda., Raia S.A. e 4Bio S.A., adquiridas por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originaram os ágios foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa é de 12,5% (13,97% - Dez-2015) para Drogaria Vison Ltda. e Raia S.A. e de 22,04% (19,89% - Dez-2015) para 4Bio S.A. (Nota 10a).

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis ("*impairment*").

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. Os percentuais médios de crescimento foram estimados em: (i) média para os próximos 3 anos de 9,66% (7,96% - Dez-2015) com perpetuidade de 4,5% (4,5% - Dez-2015) para Raia S.A., (ii) média para os próximos 3 anos de 6,81% (7,96% - Dez-2015) com perpetuidade de 4,5% (4,5% - Dez-2015) para a Drogaria Vison Ltda. e de (iii) média para os próximos 3 anos de 23,1% com perpetuidade de 7,5% para 4Bio S.A.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques preexistentes.

Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de *performance* avaliadas pela Administração do Grupo.

12. Empréstimos e financiamentos

Financiamento para aquisição de	Taxa média anual de juros de longo prazo	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
BNDES - FINEM					
Empreendimentos	IPCA + 7,50% (+ 1,30% - Dez/2015) a.a.		3.565		3.565
BNDES - Subcrédito					
Empreendimentos	TJLP + 2,75% (+ 3,32% - Dez/2015) a.a.	163.895	138.488	163.895	138.488
Empreendimentos	SELIC + 2,50% (+ 2,69% - Dez/2015) a.a	128.350	66.169	128.350	66.169
Máquinas, equipamentos e veículos	Prefixado + 3,10% (3,01% - Dez/2015) a.a.	4.658	9.072	4.658	9.072
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 2,02% (+ 1,79% - Dez/2015) a.a.	12.456	797	12.456	797
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 8,62% (+ 8,36% - Dez/2015) a.a.	8.087	8.653	8.087	8.653
Capital de giro	SELIC + 2,70% (+ 3,10% - Dez/2015) a.a	92.135	60.449	92.135	60.449
Outros		3.610	2.492	3.610	2.492
Empréstimos					
Outros				777	6.703
		413.191	289.685	413.968	296.388
Passivo circulante		(131.804)	(102.266)	(132.581)	(108.192)
Passivo não circulante		281.387	187.419	281.387	188.196

Os financiamentos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas/equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

Os contratos que possuem fiança bancária foram liquidados em março de 2016.

Os subcréditos Projeto Social, Desenvolvimento de Marcas Próprias e Aquisição de *Software* Nacional estão agrupados na linha de outros. A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 413.191 (R\$ 286.120 Dez/2015) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("*covenants*"):

- (i) Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "*covenants*" é anual, e em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia teria que disponibilizar ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

O Grupo não possui contratos condicionados ao cumprimento de "*covenants*" não financeiros.

Os montantes a longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento previsto:

	Controladora	Consolidado
	2016	2016
2018	117.114	117.114
2019	89.697	89.697
2020	51.493	51.493
2021 em diante	23.083	23.083
	<u>281.387</u>	<u>281.387</u>

13. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e sua Controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o Grupo apresentava as seguintes provisões e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas e previdenciárias	16.449	10.024	16.449	10.024
Tributárias	655	514	655	514
Cíveis	426	294	426	326
	17.530	10.832	17.530	10.864
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(14.939)	(4.166)	(14.939)	(4.166)
Total	<u>2.591</u>	<u>6.666</u>	<u>2.591</u>	<u>6.698</u>
Passivo circulante		(3.346)		(3.346)
Passivo não circulante	2.591	3.320	2.591	3.352

A movimentação da provisão está demonstrada, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	6.666	9.312	6.698	9.312
Adições	12.773	9.679	12.773	9.711
Baixas por pagamento	(10.656)	(7.349)	(10.688)	(7.349)
Desfecho favorável	(1.177)	(5.372)	(1.177)	(5.372)
Desfecho desfavorável	5.013	853	5.013	853
Mudança de critério	(263)	(745)	(263)	(745)
Reavaliação dos valores	(1.528)	(3.354)	(1.528)	(3.354)
Atualizações monetárias	2.536	2.642	2.536	2.642
Depósitos para defesas e recursos judiciais	(10.773)	1.000	(10.773)	1.000
Saldo final	<u>2.591</u>	<u>6.666</u>	<u>2.591</u>	<u>6.698</u>

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 21).

Perdas possíveis

O Grupo, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 88.642 (R\$ 114.388 Dez-2015) para a Controladora e R\$ 88.642 para o consolidado.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o Grupo apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não haviam provisões correspondentes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas e previdenciárias	10.584	13.048	10.584	13.048
Tributárias	8.969	3.343	8.969	3.343
Cíveis	3.454	2.339	3.454	2.339
Total	<u>23.007</u>	<u>18.730</u>	<u>23.007</u>	<u>18.730</u>

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista, referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. O Grupo possui ainda ações oriundas da Raia. S.A. movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com o Grupo ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências tributárias

Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências cíveis

O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

14. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, referem-se:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	587.543	436.807	595.216	435.902
Juros sobre o capital próprio	(194.701)	(179.210)	(194.701)	(179.210)
Lucro tributável	392.842	257.597	400.515	256.692
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34	34
Despesa teórica	(133.566)	(87.583)	(136.175)	(87.275)
Adições permanentes	(9.901)	(7.054)	(9.940)	(7.054)
Equivalência patrimonial	1.482	(175)		
Redução do imposto por incentivos	5.525	3.545	5.525	3.545
Ajuste de compensação de prejuízos fiscais		(2.934)		(2.933)
Outros	117	55	141	55
Incentivos fiscais – doações	(3.515)	(2.455)	(3.515)	(2.455)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(139.858)	(96.601)	(143.964)	(96.117)
Alíquota efetiva	23,8%	22,1%	24,2%	22,1%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 61.087 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 48.832 - Dez-2015) para a Controladora e R\$ 61.464 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 49.006 - Dez-2015) no consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para as quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 250.905 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 210.658 - Dez-2015) para a Controladora e R\$ 254.651 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 214.987 - Dez-2015) no consolidado, estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; e (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, referem-se:

	Balço Patrimonial				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(7.162)	(7.258)	(7.162)	(7.258)				
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(183.737)	(140.869)	(183.737)	(140.869)	42.868	43.107	42.868	43.107
Intangíveis não dedutíveis – incorporação da Raia S.A.	(60.006)	(62.531)	(60.006)	(62.531)	(2.524)	(4.989)	(2.524)	(4.989)
Intangíveis não dedutíveis – aquisição da 4Bio			(3.746)	(4.329)			(583)	(731)
Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison	365	365	365	365				
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros						2.671		2.671
Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação						1.399		1.399
Ajuste a valor presente – AVP	911	2.308	1.027	2.363	(243)	(2.308)	(303)	(2.364)
Provisão - obsolescência no estoque	27.500	21.838	27.500	21.838	(5.661)	(4.783)	(5.661)	(4.783)
Provisão - obrigações diversas	6.144	2.691	6.205	2.705	(3.455)	1.541	(3.502)	1.922
Provisão - programa de participação no resultado	11.111	9.532	11.262	9.620	(1.579)	(2.821)	(1.642)	(2.909)
Provisão - demandas judiciais	5.960	3.683	5.960	3.694	(2.277)	1.240	(2.266)	1.229
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	1.810	1.859	1.859	1.865	1.689	(236)	1.646	(198)
Provisão - locações comerciais (ação renovatória)	1.806	1.667	1.806	1.667	(140)	(233)	(140)	(233)
Provisão – programa de fidelização de clientes	2.553	1.871	2.553	1.871	(682)	(617)	(682)	(617)
Provisão – encerramento de lojas	1.011	760	1.011	760	(250)	481	(250)	481
Provisão – plano de opção de ações	1.227	1.437	1.227	1.437	210	(1.181)	210	(1.181)
Provisão – campanhas internas	162	116	162	116	(46)	125	(46)	125
Provisão - gratificações da diretoria						2.725		2.725
Provisão – outros	527	705	527	705	177	(145)	177	(145)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos					28.087	35.976	27.302	35.509
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(189.818)	(161.826)	(193.187)	(165.981)				
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:								
Passivo fiscal diferido	(189.818)	(161.826)	(193.187)	(165.981)				
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(189.818)	(161.826)	(193.187)	(165.981)				
Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	2016	2015	2016	2015				
Saldo no início do exercício	(161.826)	(125.946)	(161.652)	(125.946)				
Adições por meio de combinação de negócios				(4.622)				
Receita tributável reconhecida no resultado	(28.087)	(35.976)	(31.630)	(35.509)				
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	95	96	95	96				
Saldo no final do exercício	(189.818)	(161.826)	(193.187)	(165.981)				

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a *performance* do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário no montante de R\$ 61.087 na Controladora e R\$ 61.464 no consolidado, será substancialmente realizado até o final de dezembro de 2017.

15. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as ações do Grupo não possuíam qualquer efeito dilutivo, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Básico				
Lucro líquido do exercício	447.685	340.206	451.252	339.785
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.752	329.426	329.752	329.426
Lucro por ação em R\$ - básico	<u>1,35764</u>	<u>1,03272</u>	<u>1,36846</u>	<u>1,03144</u>
Diluído				
Lucro líquido do exercício	447.685	340.206	451.252	339.785
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.752	329.426	329.752	329.426
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	329.752	329.426	329.752	329.426
Lucro por ação em R\$ - diluído	<u>1,35764</u>	<u>1,03272</u>	<u>1,36846</u>	<u>1,03144</u>

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 1.808.639 (R\$ 1.808.639 - Dez-2015), representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 206.572.133 ações ordinárias (199.310.429 ações ordinárias - Dez-2015).

O Estatuto Social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2016, a composição acionária da Companhia está assim apresentada.

	Quantidade de Ações		Participação %	
	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
Acionistas controladores	122.956.483	129.975.571	37,22	39,34
Ações em circulação	206.572.133	199.310.429	62,52	60,33
Ações em tesouraria	857.384	1.100.000	0,26	0,33
	<u>330.386.000</u>	<u>330.386.000</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>

A composição dos acionistas controladores estão representadas pelas famílias Pipponzi, Pires Oliveira Dias, Galvão e pela Holding Pragma.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

	Ações em circulação
Posição em 31 de dezembro de 2015	199.310.429
(Compra)/Venda de ações vinculadas, líquida	<u>7.261.704</u>
Posição em 31 de dezembro de 2016	<u>206.572.133</u>

Em 31 de dezembro de 2016, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 61,19 fechamento do dia (R\$ 35,48 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Ações em tesouraria

Em 24 de abril de 2014, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação.

	Controladora	
	Quantidade (em ações)	Valor das ações
Posição em 31 de dezembro de 2015	(1.100.000)	20.898
Ações entregues aos executivos relativo a 1ª tranche da outorga de 2014	50.914	(967)
Ações entregues à executivos relativo a desligamento da Companhia	6.256	(119)
Ações entregues à executivos da Controlada	<u>185.446</u>	<u>(3.523)</u>
Posição em 31 de dezembro de 2016	<u>(857.384)</u>	<u>16.289</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de mercado das ações em tesouraria, tendo como referência a cotação de R\$ 61,19 por ação nesta data, corresponde a R\$ 52.463.

(c) Plano de ações restritas

Desde março de 2014, a Companhia oferece aos seus executivos o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas (“Plano de ações restritas”), que tem por objetivo ofertar uma oportunidade de receber uma remuneração variável desde que o executivo permaneça por período mais longo de tempo na Companhia.

Conforme estabelece o Plano de ações restritas, uma parcela de sua remuneração anual variável (participação nos resultados), será paga ao profissional em dinheiro sendo que o saldo remanescente será obrigatoriamente pago em ações da Companhia (“ações de incentivo”).

Caso o profissional decida utilizar uma parcela ou o valor total da remuneração variável recebida em dinheiro para comprar ações da Companhia (“ações próprias”) em Bolsa de Valores, a Companhia oferecerá ao profissional, igual quantidade de ações adquiridas em Bolsa.

Ainda e, de forma discricionária, a Companhia poderá conceder a esse profissional, mais ações da Companhia tendo como referência a quantidade de ações próprias adquiridas pelo profissional em Bolsa de Valores.

As ações ofertadas ao profissional por meio do plano de ações restritas, não poderão ser alienadas, cedidas, transferidas a terceiros pelo prazo de quatro anos a partir da data da outorga. A partir do segundo, terceiro e quarto anos após a data da outorga, os executivos terão direito a receber um terço de suas ações restritas, em cada um desses exercícios.

A movimentação das ações restritas está demonstrada a seguir:

	Dez-2016		Dez-2015	
	Ações	Valor	Ações	Valor
Saldo inicial	193.640	4.225	45.961	754
Apropriação de ações no exercício	238.742	7.984	147.679	3.471
Entrega de ações no exercício	(57.170)	(1.086)		
Saldo final	<u>375.212</u>	<u>11.123</u>	<u>193.640</u>	<u>4.225</u>

(d) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2016	2015
Lucro líquido do exercício	447.685	340.206
Reserva legal	(22.384)	(17.010)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	186	186
Base de cálculo do dividendo (a)	<u>425.487</u>	<u>323.382</u>
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	<u>106.372</u>	<u>80.846</u>
Juros sobre o capital próprio proposto	194.701	150.250
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	<u>(27.005)</u>	<u>(21.161)</u>
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	<u>167.696</u>	<u>129.089</u>
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	<u>39,41</u>	<u>39,92</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	<u>61.324</u>	<u>48.243</u>

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 194.701 (R\$ 150.250 - 2015), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2016 e de 2015, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$ 61.324 (R\$ 48.243 - 2015), excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, foi registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2016	2015
Saldo inicial	<u>24.402</u>	<u>28.664</u>
Adições	154.615	117.020
Pagamentos	(153.344)	(121.024)
Baixas	<u>(127)</u>	<u>(258)</u>
Saldo final	<u>25.546</u>	<u>24.402</u>

17. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas				
Receita de vendas de mercadorias	11.457.909	9.227.077	11.814.193	9.283.815
Receita de serviços prestados	13.232	12.124	13.373	12.163
	<u>11.471.141</u>	<u>9.239.201</u>	<u>11.827.566</u>	<u>9.295.978</u>
Impostos incidentes sobre vendas	(410.225)	(277.539)	(425.384)	(278.605)
Devoluções, abatimentos e outros	(136.227)	(116.080)	(145.617)	(119.524)
Receita líquida de vendas	<u>10.924.689</u>	<u>8.845.582</u>	<u>11.256.565</u>	<u>8.897.849</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

18. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo das mercadorias vendidas	(7.469.484)	(6.137.644)	(7.752.422)	(6.183.289)
Despesas com pessoal	(1.439.237)	(1.141.137)	(1.455.915)	(1.144.608)
Despesas com prestadores de serviços	(124.115)	(101.760)	(124.857)	(101.919)
Depreciação e amortização (i)	(272.436)	(226.846)	(274.434)	(227.698)
Outras (ii)	(921.461)	(728.083)	(935.722)	(730.654)
	<u>(10.226.733)</u>	<u>(8.335.470)</u>	<u>(10.543.350)</u>	<u>(8.388.168)</u>
Classificado na demonstração do resultado como:				
	2016	2015	2016	2015
Custo das mercadorias vendidas	(7.469.484)	(6.137.644)	(7.752.422)	(6.183.289)
Com vendas	(2.435.743)	(1.928.135)	(2.460.199)	(1.933.157)
Gerais e administrativas	(321.506)	(269.691)	(330.729)	(271.722)
	<u>(10.226.733)</u>	<u>(8.335.470)</u>	<u>(10.543.350)</u>	<u>(8.388.168)</u>

- (i) As depreciações e amortizações totalizaram em 2016, um montante de R\$ 272.436 (R\$ 226.846 - 2015), sendo que, R\$ 239.913 (R\$ 190.395 - 2015) correspondente à área de Vendas e R\$ 32.523 (R\$ 36.451 - 2015) à área Administrativa.
- (ii) Referem-se, principalmente, a gastos com aluguéis de imóveis, taxas de administração de cartões de crédito e débito, gastos com transportes, manutenção de bens, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.

19. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram em 2016 um montante de R\$ 7.677 (R\$ 8.390 - 2015) para a Controladora e R\$ 7.677 (R\$ 8.818 - 2015) para o consolidado. Esses montantes são compostos por despesas não recorrentes, substancialmente relacionados com reestruturação do plano de carreira, ajuste de portfólio de lojas, recuperações líquidas de exercícios anteriores e finalização do programa de fidelidade por pontos.

20. Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Descontos obtidos	1.472	1.636	1.611	1.667
Rendimentos de aplicações financeiras	19.863	27.256	19.863	27.256
Juros sobre mútuo	1.625			
Variações monetárias ativas	2.590	2.285	2.642	2.294
Outras receitas financeiras	3	18	142	41
Impostos incidentes (pis/cofins)	(1.188)	(810)	(1.188)	(810)
Ajuste a valor presente (AVP) - receitas financeiras	81.166	56.142	86.363	58.338
Total das receitas financeiras	105.531	86.527	109.433	88.786

(b) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Descontos concedidos a clientes	(1.678)	(425)	(2.129)	(440)
Juros, encargos e taxas bancárias	(1.515)	(1.260)	(1.798)	(1.321)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(41.035)	(31.048)	(42.304)	(31.624)
Variações monetárias passivas	(4.928)	(5.228)	(5.335)	(5.266)
Juros sobre opção de compra de ações adicionais	(13.596)	(1.402)	(13.596)	(1.402)
Ajuste a valor presente (AVP) - despesas financeiras	(149.875)	(111.566)	(154.593)	(113.694)
Total das despesas financeiras	(212.627)	(150.929)	(219.755)	(153.747)
Resultado financeiro	(107.096)	(64.402)	(110.322)	(64.961)

21. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Móveis e instalações	32	37	32	37
Máquinas e equipamentos	85	85	85	85
	117	122	117	122

22. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia e sua controlada possuem contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um e vinte anos. Os gastos com aluguéis anuais variam de acordo com a assinatura de novos contratos ou rescisão de contratos. O gasto total mensal com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) foram de R\$ 38.710 (R\$ 31.099 - Dez-2015) para a Controladora e R\$ 38.810 (R\$ 31.275 - Dez-2015) para o consolidado.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Primeiros 12 meses	385.361	306.669	386.110	307.046
Entre 13 e 60 meses	971.035	764.191	972.702	764.847
Após 60 meses	291.003	225.582	291.003	225.582
	1.647.399	1.296.442	1.649.815	1.297.475

23. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	273.095	264.549	276.632	266.051
Contas a receber (Nota 7)	713.841	572.083	772.241	601.831
Outras contas a receber	120.711	98.040	105.112	98.261
Depósitos judiciais (Nota 13)	23.007	18.730	23.007	18.730
	<u>1.130.654</u>	<u>953.402</u>	<u>1.176.992</u>	<u>984.873</u>
Total dos ativos	<u>1.130.654</u>	<u>953.402</u>	<u>1.176.992</u>	<u>984.873</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
<u>Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>				
Opção de compra de ações adicionais (Nota 10)	45.228	31.632	45.228	31.632
	<u>45.228</u>	<u>31.632</u>	<u>45.228</u>	<u>31.632</u>
<u>Outros passivos financeiros</u>				
Fornecedores	1.564.787	1.177.928	1.615.587	1.203.382
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	413.191	289.685	413.968	296.388
Outras contas a pagar	175.046	123.316	175.972	124.265
	<u>2.153.024</u>	<u>1.590.929</u>	<u>2.205.527</u>	<u>1.624.035</u>
Total dos passivos	<u>2.198.252</u>	<u>1.622.561</u>	<u>2.250.755</u>	<u>1.655.667</u>

Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas do Grupo são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em virtude de variações cambiais.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa SELIC. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A classificação dos ratings dos equivalentes de caixa estão de acordo com as principais agências de classificação de risco, conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Rating – Escala Nacional				
brAA	38.036	142.831	41.030	144.149
BrA+	167.541	83.177	167.541	83.177
Total – Escala Nacional	<u>205.577</u>	<u>226.008</u>	<u>208.571</u>	<u>227.326</u>

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as vendas com recebimento a prazo representaram 50% (49% - Dez-2015) e 51% (50% - Dez-2015) para o consolidado, sendo que desse total 91% (90% - Dez-2015) e 86% (87% - Dez-2015) no consolidado são relativos às vendas com cartão de crédito que, na opinião do Grupo e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 9% (10% - Dez-2015) e 14% (13% - Dez-2015) para o consolidado são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados e boletos, que são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A Administração do Grupo acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem gerar prejuízos.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.028	1.285	1.542
Receita		1.028	1.285	1.542
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	6	7	9
Despesa		6	7	9

Consolidado				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.043	1.304	1.564
Receita		1.043	1.304	1.564
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	6	7	9
Despesa		6	7	9

A Administração não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), as quais estão sujeitas as operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para o Grupo.

(e) Gestão de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Grupo tem como política não alavancar sua estrutura de capital com financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo do BNDES (FINEM), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Grupo.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão do caixa líquido ou da dívida líquida pelo patrimônio líquido. O caixa líquido ou a dívida líquida resulta do somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Financiamentos de curto e longo prazo	413.191	289.685	413.968	296.388
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(273.095)	(264.549)	(276.632)	(266.051)
Dívida líquida	<u>140.096</u>	<u>25.136</u>	<u>137.336</u>	<u>30.337</u>
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	2.909.787	2.633.809	2.909.787	2.633.809
Participação de não controladores			26.168	22.989
Total do patrimônio líquido	<u>2.909.787</u>	<u>2.633.809</u>	<u>2.935.955</u>	<u>2.656.798</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>4,81</u>	<u>0,95</u>	<u>4,68</u>	<u>1,14</u>

(f) Estimativa do valor justo

Os saldos de aplicações financeiras informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o prazo de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo não possuía ativos e passivos relevantes mensurados ao valor justo nos Níveis 1 e 2 na hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora e Consolidado
	<u>Opção de compra de ações adicionais</u>
Saldo inicial	
Aquisição da 4Bio (Nota 10)	31.632
Despesas reconhecidas no resultado	<u>13.596</u>
Saldo final	<u>45.228</u>
Total de despesas no exercício incluídas no resultado	<u><u>13.596</u></u>
Variação das despesas não realizadas no exercício incluídas no resultado	<u><u>13.596</u></u>

24. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

25. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

		Relacionamento	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
			Ativo Circulante				Receitas			
			2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Valores a receber										
Convênios (i)										
Regimar Comercial S.A.	Acionista / Família		15	12	15	12	105	74	105	74
Heliomar S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração		1	2	1	2	16	10	16	10
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)	Acionista / Família		1	1	1	1	5	2	5	2
			17	15	17	15	126	86	126	86
Outros valores a receber										
Acordos comerciais										
Natura Cosméticos S.A. (iv)	Acionista / Pessoa ligada		22		22		216		216	
Mútuo a receber										
4Bio Medicamentos S.A. (v)	Controlada		15.624				1.624			
			15.646		22		1.840		216	
			15.663	15	39	15	1.966	86	342	86

		<u>Relacionamento</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
			<u>Passivo Circulante</u>				<u>Despesa</u>			
			<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valores a pagar										
Aluguéis (ii)										
Heliomar S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração		19	19	19	19	209	198	209	198
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista / Membro do Conselho de Administração		7	6	7	6	84	77	84	77
Rosalia Pipponzi Raia	Acionista / Membro do Conselho de Administração		7	6	7	6	84	77	84	77
Espólio de Franco Maria David	Acionista / Membro do Conselho de Administração		7	6	7	6	84	77	84	77
Pietro Pipponzi			<u>40</u>	<u>37</u>	<u>40</u>	<u>37</u>	<u>461</u>	<u>429</u>	<u>461</u>	<u>429</u>
Fornecedores de serviços										
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira	Acionista / Família			1		1	6.103	4.422	6.103	4.422
Dias e Freire Advogados (ii)										
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (iii)	Acionista / Família		<u>790</u>	<u>702</u>	<u>790</u>	<u>702</u>	<u>7.878</u>	<u>6.293</u>	<u>7.878</u>	<u>6.293</u>
			790	703	790	703	13.981	10.715	13.981	10.715
Fornecedores de mercadorias										
Natura Cosméticos S.A. (iv)	Acionista / Pessoa ligada		<u>1.433</u>		<u>1.433</u>		<u>8.585</u>		<u>8.585</u>	
			<u>1.433</u>		<u>1.433</u>		<u>8.585</u>		<u>8.585</u>	
			<u>2.263</u>	<u>740</u>	<u>2.263</u>	<u>740</u>	<u>23.027</u>	<u>11.144</u>	<u>23.027</u>	<u>11.144</u>

- (i) Vendas realizadas por convênios. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.
- (ii) Aluguel de lojas e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.
- (iii) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade.
- (iv) Em 1º de setembro de 2015, a Raia Drogasil S.A. e a Natura Cosméticos S.A. firmaram contrato de compra e venda e outras avenças para permitir a comercialização de produtos da linha "SOU" em 29 lojas da rede Raia e Drogasil em Campinas e região. Alguns integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A. detêm, indiretamente, participação acionária da Raia Drogasil S.A.

As partes decidiram ampliar o escopo do projeto para venda em todo o Estado de São Paulo a partir de 20 de fevereiro de 2016 e para todo o território nacional a partir de 1º de julho de 2016, através da assinatura de Termo Aditivo ao contrato.

A Raia Drogasil receberá percentual de 5% (cinco por cento) sobre os produtos vendidos, considerando o valor indicado na nota de venda da Natura Cosméticos S.A. à Raia Drogasil, não sendo possível definir um valor total para o contrato.

- (v) Em 23 de fevereiro, 18 de março e 8 de abril de 2016, a Raia Drogasil S.A. (Mutuante) e a 4Bio Medicamentos S.A. (Mutuária) firmaram contrato de mútuo nos valores de R\$ 3.000, R\$ 6.000 e R\$ 5.000 respectivamente. A importância ora prestada terá seu valor atualizado pela taxa de juros correspondentes a variação de 101,5% do CDI e que serão pagas em uma única parcela em 23/02/2017, 31/03/2017 e 30/04/2017.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais que não sejam os valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas corresponde ao pessoal chave da Administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Proventos e encargos sociais	15.510	12.721	17.195	13.071
Gratificações e encargos sociais	24.263	13.347	24.462	13.536
Benefícios indiretos	462	427	462	427
	<u>40.235</u>	<u>26.495</u>	<u>42.119</u>	<u>27.034</u>

26. Cobertura de seguros

O Grupo tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

O Grupo mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Riscos com perdas em estoques	145.248	117.363	161.304	118.799
Bens do ativo permanente	193.964	157.637	199.062	158.637
Lucros cessantes	171.500	142.500	195.679	142.500
Riscos de responsabilidade civil	27.150	23.175	27.150	23.175
	<u>537.862</u>	<u>440.675</u>	<u>583.195</u>	<u>443.111</u>

27. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2016, as principais transações que não envolveram caixa do Grupo foram:

- (i) a contraprestação mediante ações a serem transferidas pela aquisição da 4Bio (Nota 10);
- (ii) o passivo financeiro oriundo da outorga de opção de compra de ações adicionais da 4Bio (Nota 10);
- (iii) ajuste de preço de compra mediante ações a serem transferidas pela aquisição da 4Bio (Nota 10);
- (iv) parte da remuneração do pessoal-chave da Administração (Nota 25); e
- (v) a aquisição a prazo de bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 20.177 (R\$ 11.604 - 2015).